

Formação do professor da educação básica para atuar no atendimento educacional em ambientes hospitalar e domiciliar: uma construção plural

Sheyla Cristina Araujo Matoso

Jucelia Linhares Granemann de Medeiros

Antônio Pancrácio de Souza

Resumo

157

Cursos de especialização *lato sensu* são fundamentais para a formação continuada de professores, e, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, os conhecimentos interativos e interdisciplinares têm se tornado essenciais. É apresentado o panorama geral do Curso de Especialização em Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em parceria com o Ministério da Educação, em 2022 e 2023, com 500 vagas para professores da educação básica de todo Brasil. Para descrever e analisar o processo formativo oferecido pela UFMS, as informações sobre o curso foram coletadas no projeto político e os dados dos cursistas nos documentos anexados ao formulário de inscrição. Por meio de pesquisa bibliográfica, buscou-se debater a formação requerida para a atuação nos referidos ambientes. Conclui-se que o tema carece de constantes pesquisas e que são esparsas as oportunidades para formação de professores que pretendem atuar com crianças e adolescentes enfermos. O curso de especialização recebeu cursistas de todo o Brasil, salientando que a educação a distância pode proporcionar elos formativos em diferentes contextos.

Palavras-chave: educação hospitalar; pós-graduação em Educação; formação docente.

Abstract

The training of basic education teachers to work in the educational service in hospital and home environments: a multiple disciplinary perspective

Lato sensu programs are essential for the continuing education of teachers and, according to the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, both interactive and interdisciplinary knowledge have become indispensable. This paper presents an overview of the course in Educational Support in Hospital and Home Environments, offered by the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), in partnership with the Ministry of Education, in 2022 and 2023, with 500 vacancies for basic education teachers across Brazil. In order to describe and analyze the training process offered by UFMS, course information was collected from the political-pedagogical project, and data on the participants were drawn from documents attached to the application form. Through a literature review, the study discusses the qualifications required for teaching in hospital and home environments. It concludes that the topic requires ongoing research and that training opportunities for teachers wishing to work with sick children and adolescents are still scarce. The specialization course enrolled participants from all regions of Brazil, highlighting how distance education can foster educational connections across diverse contexts.

Keywords: hospital education; postgraduate in Education; teacher training.

158

Resumen

Formación del docente de educación básica para la atención educativa en entornos hospitalarios y domiciliarios: una amplia enseñanza

Los cursos de especialización en lato sensu en Brasil se han vuelto fundamentales para la formación continua de docentes, y, según la Política Nacional brasileña de Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva, los conocimientos interactivos e interdisciplinarios se han vuelto esenciales. Se presenta el panorama general del Curso de Especialización en Atención Educativa en Entornos Hospitalarios y Domiciliarios ofrecido por la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em asociación con el Ministerio de Educación de Brasil, en los años de 2022 y 2023, con 500 cupos ofrecidos para docentes de Enseñanza Primaria de todo Brasil. Para describir y analizar el proceso de formación ofrecido por la UFMS, las informaciones sobre el curso fueron recolectadas en el proyecto político y los datos de quiénes participan del curso en los documentos adjuntos al formulario de inscripción. A través de una investigación bibliográfica, se buscó debatir el tema de la formación docente necesaria para la actuación en estos entornos. La conclusión a la que se llegó es que el tema es escaso de investigaciones constantes y que no son escasas las oportunidades para la formación de docentes que pretenden actuar con niños, niñas y adolescentes que están enfermos. El curso de especialización recibió participantes de todo Brasil, resaltándose que la educación a distancia puede que proporcione vínculos de formación en diferentes contextos.

Palabras clave: educación hospitalaria; posgrado en Educación; formación docente.

Introdução

A formação continuada de professores tem como objetivo principal complementar a formação inicial desses profissionais e, mesmo não podendo suprir a formação básica, pode acrescentar conhecimentos e pesquisas que contribuirão para o trabalho docente nos diversos campos de atuação. Dentre as muitas metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), destaca-se a:

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE [2024], e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (Brasil. Lei nº 13.005, 2014).

Seguindo a mesma linha de metas, o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul apresenta como uma de suas estratégias promover e ampliar a oferta de cursos de especialização, presenciais e/ou a distância, em parceria com as instituições de ensino superior, sendo essas especializações voltadas para “as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação do campo, educação especial, gestão escolar, educação de jovens e adultos e educação infantil” (Mato Grosso do Sul, 2014, Estratégia 16.12).

Acerca do atendimento realizado fora do espaço escolar convencional, o documento *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*, organizado pelo Ministério da Educação, cita o artigo 214 da Constituição Federal, o qual garante que as ações do poder público devem conduzir à universalização do atendimento escolar, e aponta que “diversas circunstâncias podem interferir na permanência escolar ou nas condições de construção do conhecimento ou, ainda, impedir a frequência escolar, temporária ou permanentemente” (Brasil. MEC, 2002, p. 9).

Nesse cenário, está a área de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares, uma demanda que tem ganhado relevância nas discussões sobre educação inclusiva, especialmente em um contexto de crescente valorização do direito de acesso à educação para todos, independentemente de condições de saúde ou limitações de mobilidade. Segundo a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, deve ser organizada com o propósito de atender a alunos que, por motivos de saúde, encontram-se impossibilitados de frequentar a escola presencialmente, mas mantêm o direito de acesso a uma educação de qualidade e contínua (Brasil. CNE. CEB, 2001). Embora regulamentadas e protegidas legalmente em muitos países, essas modalidades educacionais ainda enfrentam desafios significativos para implementação.

Com base na proeminência de garantir o direito desses estudantes ao acesso ao atendimento educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Lei nº 13.716, foi acrescida do seguinte artigo:

Art. 4-A É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento

de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Brasil. Lei nº 9.394, 1996).

De acordo com Peixoto *et al.* (2022, p. 8), “promover a difusão de conhecimentos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes no âmbito hospitalar é fundamental para mobilizar e possibilitar a atuação da sociedade em prol do cumprimento dos mesmos”, uma vez que esse atendimento sai do escopo escolar e adentra ambientes com profissionais de diferentes áreas de atuação.

É sabido que a educação hospitalar ocorre em instituições de saúde e se destina a alunos internados que estão, de forma temporária ou permanente, afastados do ambiente escolar. Já a educação domiciliar é voltada para alunos com doenças crônicas ou limitações de mobilidade que exigem cuidados prolongados e impedem a presença regular em uma instituição de ensino. Essas modalidades demandam uma abordagem pedagógica diferenciada, que considere não apenas o conteúdo curricular, mas, também, a condição emocional e física dos estudantes. Professores especializados ou equipes interdisciplinares adaptam as atividades pedagógicas às necessidades individuais dos alunos, visando minimizar o impacto do afastamento escolar em seu desenvolvimento.

Conforme aponta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para a atuação em segmentos ligados à educação especial, a formação inicial e continuada dos profissionais deve proporcionar concepções que abordem conhecimentos específicos das diferentes áreas de docência, contemplando, inclusive, o atendimento educacional nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares (Brasil. MEC, 2008).

Entre as proposições de um curso de especialização *lato sensu*, que compreende, em muitos casos, a formação continuada, está a sugestão de abordar uma temática de forma mais detalhada, com fins de ampliar o conhecimento dos já graduados. Nesse sentido, como indicam Fonseca e Fonseca (2016, p. 153), “as instituições de ensino públicas e privadas passaram a desenvolver atividades de capacitação em todas as áreas do conhecimento, utilizando-se largamente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*”.

O presente estudo aborda um relato de experiência vivenciada pelos autores e organiza um compilado de informações e resultados acerca do curso de Especialização em Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar, alocado para atender à área de formação de professores, contribuindo com propostas de práticas pedagógicas, oferecido pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), na modalidade a distância, que teve seu início no final de 2022 e seu término em dezembro de 2023. Como afirmam Lüdke e Cruz (2010), um relato de experiência não deve ser configurado como um relato de pesquisa acadêmica, mas de experiências vivenciadas em diferentes contextos, e seus resultados, imbricados às discussões teóricas, transitam pelo viés científico.

O objetivo deste relato de experiência é descrever e analisar a formação de professores da educação básica para o atendimento educacional em ambiente

hospitalar e domiciliar, por meio do processo formativo oferecido pela UFMS, mantendo presente, no campo de debates e pesquisas educacionais, o olhar para o público-alvo do atendimento educacional hospitalar e domiciliar. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 65), o relato de experiência seria uma “produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão)”. O relato permeia a explanação de como o curso foi organizado, quais regiões do País atendeu e, com base nas discussões teóricas, aponta os desafios ainda existentes para a formação docente e o atendimento educacional de alunos nos espaços hospitalares ou em suas casas, quando necessário.

No caso da escolarização em ambiente hospitalar, Tinós *et al.* (2018) realizaram um levantamento em que buscaram enumerar as pesquisas relacionadas à temática. Como resultado da investigação, foram localizados 569 artigos científicos entre os anos de 1999 e 2015; destes, segundo o apontamento das autoras, apenas 34 são da área da Educação e os outros 535 são da área da Saúde. As autoras destacam que tais resultados podem indicar a necessidade de pesquisas na área da Educação, o que justifica a importância de trazer o assunto para o debate acadêmico.

O caminho metodológico percorrido na perspectiva deste estudo está baseado em uma pesquisa bibliográfica de autores que debatem acerca do ensino em espaços hospitalares e domiciliares e essas discussões estão aglutinadas aos dados deste relato de experiência. A coleta de dados ocorreu por meio da verificação das informações contidas no projeto pedagógico do curso, organizado pelos autores deste estudo, e dos dados fornecidos pelos estudantes no ato da matrícula.

Atendimento educacional hospitalar e domiciliar e respectiva formação docente

Pensar e discutir sobre a educação especial, particularmente sobre o atendimento educacional em espaços hospitalares e domiciliares, requer trilhar por bases teóricas que compreendam um campo interdisciplinar, reunindo contribuições das áreas de Pedagogia, Psicologia, Saúde e Políticas Públicas, abordando temas como adaptação curricular, metodologias de ensino individualizadas e formação de professores para atuarem em contextos que exigem o conhecimento de situações das áreas destacadas. Constitui-se, portanto, um alicerce essencial para compreender as especificidades e os desafios dessa modalidade de ensino.

Os impedimentos vivenciados pelos alunos, temporários ou permanentes, de estarem presentes no espaço comum de escolarização não devem suprimir os direitos deles ao acesso ao conhecimento, ao aprendizado, ao desenvolvimento e à progressão escolar. Portanto, oferecer espaços e profissionais que saibam como flexibilizar e organizar os conteúdos a serem trabalhados está entre os princípios do atendimento fora do espaço escolar convencional. Nesse sentido, Medeiros e Gabardo (2004) destacam que, na infância, a hospitalização pode alterar significativamente o desenvolvimento infantil, tendo em vista os efeitos psicológicos decorrentes dela,

oriundos de dores, mudanças no cotidiano, privação do convívio familiar, entre outras consequências causadas pela internação.

Rolim (2019, p. 2) aponta que “ao adentrar nos contextos hospitalares e escolares percorremos espaços criados e identificados de maneiras distintas, sendo que o hospital se institui como ambiente da doença, tratamento e morte; já a escola se estabelece como local direcionado para o desenvolvimento, a aprendizagem e a vida, um espaço saudável”.

Sobre o atendimento domiciliar, Ganem e Silva (2019, p. 600) afirmam que se trata de uma modalidade educacional garantida na legislação e que precisa de certa (re)significação quanto aos espaços, ao tempo e às formas de aprendizagem possíveis, o que poderia ocorrer “por meio das ações colaborativas mediadas pela família, pelas professoras e pelos profissionais de saúde. É fundamental que o cuidado com a saúde não desmereça o cuidado com a escolarização, e vice-versa”.

Para essa ressignificação, segundo Oliveira e Santos Neto (2023, p. 2), deve-se combater estigmas que têm conduzido a uma “desvalorização do papel essencial fornecido pela educação hospitalar aos sujeitos participantes deste meio de ensino e aprendizagem”. Tal desvalorização segue um curso tanto na parte relacionada ao atendimento desses alunos quanto na formação dos profissionais que devem atendê-los na pedagogia hospitalar e domiciliar.

Os autores ainda indicam que “a classe hospitalar estabelece uma integralidade entre a escola, a dimensão familiar e a equipe de saúde”, um trabalho colaborativo que busca efetivar a garantia do atendimento educacional adequado para cada caso em particular (Oliveira; Santos Neto, 2023, p. 4).

Menezes, Trojan e Paula (2020, p. 20) pontuam, ao efetuarem uma pesquisa que referencia as normativas legais para o atendimento dos estudantes em tratamento de saúde, que a prática pedagógica realizada nesses ambientes externos à escola “contribui para a garantia do processo de democratização e universalização do ensino obrigatório”.

É pensando nessa prática que recaímos na questão da formação da equipe pedagógica que atenderá a esses alunos. De acordo com Locatelli (2021), é necessário considerar a importante interferência que a pós-graduação *lato sensu* terá na vivência desses profissionais, tendo em vista as práticas educativas e as organizações educacionais. No entanto, é plausível perceber, para uma análise mais crítica, o quanto ainda falta para uma efetiva preocupação com cursos na modalidade *stricto sensu* também como formação continuada de professores, que deveriam ser estimulados à pesquisa.

Para Magalhães e Azevedo (2015, p. 32), a formação continuada precisa estar presente nos diferentes nichos profissionais, pois deve ser parte do processo de formação ao longo de uma carreira, e deveria ocorrer tanto em cursos formais como nos informais, contribuindo para suprir “distanciamentos teórico/práticos/metodológicos, advindos da produção de novos conhecimentos nas mais diversas áreas, em resposta às demandas econômica, social, tecnológica e cultural da humanidade”.

Segundo Saviani (2017, p. 4), esse formato de cursos de pós-graduação, quase sempre, constitui uma espécie de prolongamento da graduação, e, “de fato, esses cursos visam a um aprimoramento (aperfeiçoamento) ou aprofundamento (especialização) da formação profissional básica obtida no curso de graduação correspondente”.

Medeiros (2020, p. 6) destaca que “o professor no hospital pode ser um contraponto, tornando-se um agente de modificação”, o qual promove, nos espaços definidos para essa prática pedagógica, a interação com o estudo e os colegas, dando acesso “ao lúdico e às demais práticas acadêmicas, ou apenas lhes permitindo estar em um local provavelmente mais estimulante ou tranquilizador do que um quarto de hospital”. Compreende-se que a formação continuada para o trabalho pedagógico nesses ambientes é de extrema importância para que o professor saiba como reorganizar suas práticas pedagógicas e conviver com situações inusitadas que podem surgir no ensino de crianças e adolescentes enfermos em espaços não convencionais como esses.

O curso de Especialização em Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar

O curso em análise está vinculado ao Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância de Professores para a Educação Básica (Parfor). O programa foi criado para atender às demandas indicadas nas discussões das áreas nos fóruns que contemplam a formação docente no Brasil. Para tanto, foi elaborada a proposta do projeto pedagógico de curso e, após aprovação, realizados os trâmites de publicação de edital para a seleção dos cursistas.

O curso está alocado na área de concentração de formação de professores e práticas pedagógicas e ofertou, por meio de edital próprio, 500 vagas, disponibilizadas para todo o País, sendo 100% destinadas a professores atuantes na educação básica, exclusivamente na rede pública de ensino, bem como a coordenadores e gestores educacionais, cujas atuações foram comprovadas no ato da matrícula. Com carga horária de 390 horas, foi realizado totalmente a distância, por meio de utilização de sistemas de tecnologia variados que auxiliaram na organização didático-pedagógica dessa modalidade de ensino, entre eles o Sistema Moodle AVA UFMS.

Almeida (2003, p. 335) destaca que o ambiente digital e interativo de aprendizagem, com recursos disponibilizados nas diferentes plataformas, permite o rompimento das “distâncias espaço-temporais e viabiliza a recursividade, múltiplas interferências, conexões e trajetórias, não se restringindo à disseminação de informações e tarefas inteiramente definidas”.

Os cursos na modalidade educação a distância (EaD) permitem o estabelecimento de “uma relação de aprendizagem cooperativa entre os participantes” (Scherer; Brito, 2014, p. 55), a qual torna o aluno corresponsável por seu desenvolvimento e aprendizagem e o professor ator indispensável para esse processo, que, embora “estejam separados fisicamente, eles se tornam próximos quando há

tecnologias digitais da informação e comunicação que possibilitam o encontro, a interação entre eles” (p. 54).

Acerca dessa modalidade de ensino, Almeida, Marroig e Pinto (2014, p. 145) destacam que houve uma grande expansão desse formato; com isso, a procura cresce cada vez mais, tanto no Brasil como em todo o mundo, visto que, conforme apontam os autores, o formato da EaD permite maior agilidade e acessibilidade na aquisição do conhecimento e independe de tempo e distância: “a proatividade e envolvimento do aluno é determinante, podendo utilizar o material didático na ordem que escolher, sendo o professor (tutor) concebido como um dirigente e facilitador de suas atividades”. Democratiza-se e simplifica-se, assim, o acesso ao conhecimento.

O curso teve grande procura em suas inscrições iniciais e o processo seletivo das vagas foi efetuado pela ordem das inscrições, realizadas por meio de envio de comprovantes obrigatórios para a garantia do ingresso ao curso. No entanto, por não possuírem todos os pré-requisitos exigidos, muitos que haviam sido selecionados não tiveram as matrículas efetivadas, o que permitiu à comissão do curso estender as matrículas até uma terceira chamada, realizada mediante edital próprio. Pensando na alta procura demonstrada nas inscrições iniciais e prevendo um percentual possível de evasão, optou-se por ofertar um quantitativo um pouco maior do que previa o edital do curso, recebendo, assim, 607 matrículas nas três chamadas.

Um panorama geral dos participantes por unidades da Federação apresenta-se no Gráfico 1, elaborado a partir dos comprovantes de residência anexados como arquivo ao formulário no ato da inscrição.

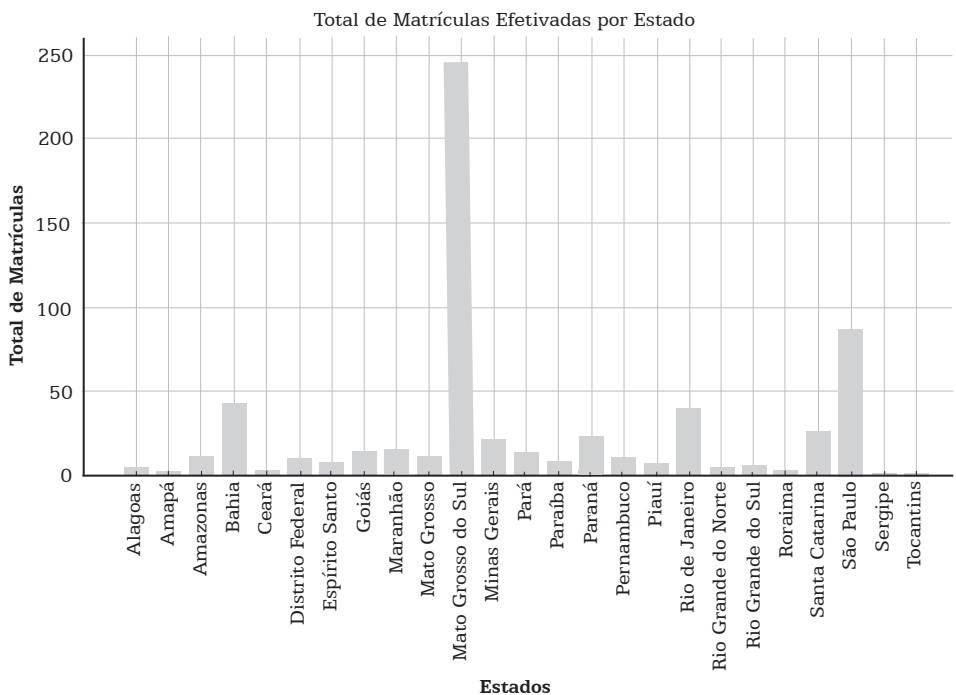


Gráfico 1 – Indicativo de quantidade de matrículas por unidade da Federação

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no ato da matrícula.

Como aponta o Gráfico 1, entre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, somente Acre e Rondônia não apresentaram alunos matriculados e o estado que mais teve cursistas foi o Mato Grosso do Sul, sede da universidade ofertante, seguido de São Paulo e Rio de Janeiro.

Observa-se, ainda, que todas as regiões foram alcançadas e, apesar de haver umas com maior número de matrículas e outras com número inferior, é possível afirmar que o curso teve um alcance distribuído em todo o Brasil. A oferta para a matrícula no curso para a formação de professores evidenciava uma das possibilidades inerentes à modalidade a distância e um dos indicativos contidos na carta-convite enviada pelo Ministério da Educação às instituições federais convidando à oferta de cursos para a formação de professores.

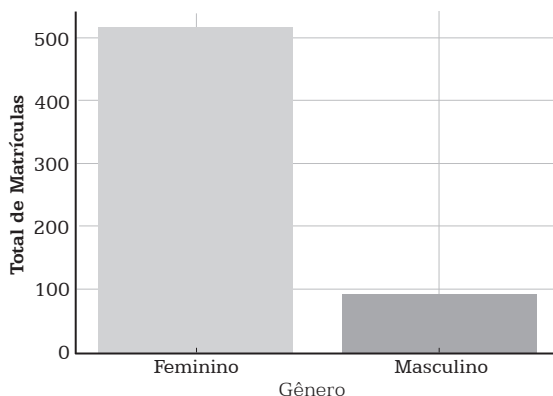


Gráfico 2 – Indicativo de total de matrículas por gênero

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos no ato da matrícula.

Os números demonstram que a maioria dos estudantes que realizaram o curso é composta por mulheres, totalizando mais de 85% das matrículas (Gráfico 2). Os números exatos foram 517 matriculadas e 90 matriculados. Observa-se que essa predominância está em conformidade com os estudos de Oliveira, Oesterreich e Almeida (2018), que trazem dados obtidos no Censo 2014, com a indicação de que há uma predominância de alunos do sexo feminino nessa modalidade de ensino.

As disciplinas dispostas pela grade curricular do curso e os docentes

A estrutura curricular do curso foi organizada de forma que contemplasse a proposta prevista no seu projeto, ou seja, a de contribuir para a superação das dificuldades relacionadas ao ensino fora do espaço escolar, em ambientes de cuidado à saúde de crianças e adolescentes, por meio da implantação dos serviços de atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar, colaborando, assim, de modo plural para a formação dos professores para melhor atuarem na escolarização de estudantes hospitalizados ou impedidos de frequentar as escolas.

Acerca da formação dos profissionais para atuarem em ambientes hospitalares, Barros (2007, p. 264) afirma que fatores como “falta de um treinamento mais

consistente que prepare esses professores para o ingresso na realidade hospitalar – esclarecendo suas rotinas, dinâmicas de funcionamento e especificidades dos quadros de adoecimento das crianças” – têm corroborado, de forma negativa, a “permanência ou desempenho satisfatório desses professores”.

Na tentativa de somar esforços para consolidar esses processos de formação docente para atuação pedagógica em ambientes hospitalares e domiciliares, organizou-se a matriz curricular do curso, composta por dez disciplinas obrigatórias, com carga horária entre 30 e 45 horas, desenvolvidas durante 12 meses, tendo em vista a preparação de professores que poderão intervir com o educando hospitalizado e/ou em tratamento de saúde e proporcionar ações que contribuirão, de acordo com o projeto pedagógico do curso, na aprendizagem e nos processos de recuperação e cura da criança ou do adolescente.

O curso contou com seis disciplinas com carga horária de 45 horas:

- Introdução aos estudos sobre atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar;
- Psicologia do educando hospitalizado;
- Políticas públicas acerca do atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar;
- Métodos e práticas aplicadas nos atendimentos educacionais em ambientes hospitalares e domiciliares;
- Trabalho interdisciplinar: ética e humanização no contexto hospitalar e domiciliar;
- Orientação/Prática científica.

E quatro disciplinas com carga horária de 30 horas:

- Avaliação educacional no atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar;
- Brinquedoteca hospitalar;
- A família e a escola no processo e tratamento de saúde da criança e do adolescente;
- Recreação e jogos no atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar.

As disciplinas ministradas totalizaram 390 horas e proporcionaram um maior aprofundamento acerca de discussões que envolvem o atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar, oferecendo uma abordagem abrangente sobre as diversas facetas desse campo específico. Além das dez disciplinas, os cursistas desenvolveram, como última atividade obrigatória, o trabalho final de curso, que constituiu um projeto de ensino, incluindo as fases de elaboração, com a determinação do tema-problema, e construção do projeto.

No tocante aos processos colaborativos desenvolvidos nas dez disciplinas ofertadas, coadunam-se com o que aponta Almeida (2003, p. 338) acerca dos ambientes digitais e colaborativos de aprendizagem disponibilizados em cursos na modalidade EaD, significando, então, “mergulhar em um mundo virtual cuja comunicação se dá essencialmente pela leitura e interpretação de materiais didáticos textuais e hipertextuais, pela leitura da escrita do pensamento do outro, pela expressão do próprio pensamento por meio da escrita”.

Fernandes e Scherer (2020, p. 11) destacam que “a oferta de cursos nessa modalidade exige um currículo diferente daquele observado em cursos na modalidade presencial, em especial, em relação aos materiais didáticos”. Em atenção a esse ponto, cada professor responsável pelas disciplinas elaborou um material didático contendo de três a quatro unidades, o qual foi revisado, diagramado e inserido no ambiente virtual para que cada cursista tivesse acesso. Cada disciplina foi organizada seguindo um padrão de interação pedagógica, que contou com uso do material didático, videoaulas síncronas e assíncronas e atividades interativas e avaliativas, como fórum de discussão, mapa conceitual, entre outras propostas avaliativas desenvolvidas pelos docentes responsáveis, sempre com intuito de permitir que os cursistas debatessem e expusessem suas dúvidas, intervenções e experiências na área de atendimento educacional hospitalar e domiciliar.

As aulas eram marcadas com antecedência pelos professores e pela equipe de apoio (tradutores/intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras – e técnico em tecnologia da informação), e a transmissão acontecia ao vivo pelo sistema de transmissão do canal You Tube. Posteriormente, os vídeos dessas web aulas eram afixados no ambiente virtual AVA-UFMS e disponibilizados para que os cursistas as revisitassem ou as assistissem em tempo oportuno, no caso daqueles que não puderam assisti-las ao vivo. Para Almeida (2003, p. 332), “o gerenciamento desses ambientes diz respeito a diferentes aspectos, destacando-se a gestão das estratégias de comunicação e mobilização dos participantes”.

O corpo docente foi composto por dez professores ligados ao ensino superior que atuam e pesquisam nas áreas relacionadas às disciplinas elencadas anteriormente. Dos professores formadores que atuaram no curso, apenas um não possui licenciatura, tendo sua formação em Psicologia, e nove dos dez possuem a titulação de mestre e doutor.

A equipe de tutoria

Além dos docentes responsáveis pelas disciplinas, o curso contou com o trabalho de 20 tutores a distância, que desenvolveram o importante papel de acompanhar os cursistas em todo seu processo de aprendizagem, discussão e aperfeiçoamento. Almeida, Marroig e Pinto (2014, p. 145) apontam que “o tutor em EAD tem despontado como um dos maiores responsáveis pelo bom desempenho dos cursos a distância, interagindo, fortalecendo e estimulando a relação ensino-aprendizagem dos alunos”.

Para Mattar *et al.* (2020), nos momentos de correção das atividades avaliativas e respostas dadas como *feedback* aos cursistas, os tutores desempenham tanto funções gerenciais como pedagógicas, relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, há uma variação constante nas funções desempenhadas por esses profissionais.

Entendendo o importante papel desse profissional no processo, a seleção desses tutores se deu por meio de uma comissão especial e a classificação foi realizada pela somatória de pontos de currículo e entrevista. Entre os critérios avaliativos estabelecidos pela comissão especial de seleção para o cargo de tutor a distância, estavam pontos como: disponibilidade de 20 horas semanais para desenvolver atividades de tutoria; habilidade no uso de computadores e ferramentas tecnológicas; experiência anterior com tutoria.

Dos 20 tutores, 8 eram do gênero masculino e 12 do gênero feminino, sendo eles, em sua maioria, licenciados. De acordo com as informações contidas nos documentos para o processo seletivo desses profissionais, mais da metade possuía graduação em Pedagogia, sendo cinco doutores, dez mestres e cinco especialistas.

Além dos professores formadores e dos tutores a distância, o curso contou com o trabalho de duas tradutoras e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, que acompanharam de forma virtual as *web* aulas para o trabalho de tradução e interpretação, permitindo, assim, a acessibilidade linguística. Também contribuíram um diagramador, que realizou o trabalho nos materiais didáticos das disciplinas, um técnico em tecnologia da informação, que atuou no acompanhamento de mídias, e uma secretária, responsável pela parte administrativa.

Considerações finais

O curso aqui exposto foi ofertado por meio de disciplinas realizadas a distância, proporcionando estudos, discussões, trocas de experiências, explicações de conteúdos novos e usuais, reflexões de diferentes perspectivas, novos olhares ao educando adoecido, entre outras construções acerca do acompanhamento dos processos educacionais desenvolvidos em ambiente hospitalar e domiciliar.

Muito embora a organização do trabalho na modalidade EaD seja segmentada e as funções desenvolvidas pelos profissionais muito bem espaçadas e divididas em módulos, o curso foi idealizado como uma teia que interliga as diferentes ações/ funções ao processo pedagógico da formação acadêmica dos cursistas, a fim de que eles possam compreender o processo como um todo. Pode-se afirmar que o reconhecimento desse trabalho conjunto faz parte desse desconstruir ou, ainda, reconstruir, conforme a modalidade de ensino a distância propõe. O curso foi desenvolvido com o auxílio de uma equipe de 38 profissionais diretamente ligados às demandas pedagógicas e administrativas.

Como resultado do curso, obteve-se o número de 382 cursistas que o concluíram; tendo em vista o quantitativo de vagas ofertadas, apontado no início deste estudo, podemos afirmar que o índice de conclusão passou de 76%, um

percentual relativamente produtivo quando se leva em consideração que, segundo Oliveira, Oesterreich e Almeida (2018, p. 4), o motivo mais citado acerca da evasão dos cursos na modalidade EaD seria a falta de tempo e, de acordo com os dados, “conciliar o tempo de trabalho com o de estudo e imprevistos é uma habilidade nem sempre disponível ao indivíduo que inicia um curso”.

Nessa perspectiva, concluiu-se que a formação e/ou o preparo desses professores para atuarem no atendimento educacional em ambiente hospitalar/domiciliar de alunos enfermos deve ser algo prioritário e necessário para se garantir que o processo escolar/acadêmico do aluno-paciente hospitalizado tenha continuidade, mesmo no hospital ou em domicílio. Habilidades de avaliação, planejamento, levantamento e aplicação de metodologias e estratégias, além da seleção de recursos adequados e adaptados aos quadros apresentados pela clientela atendida, fazem parte desse rol de importância, no que se refere à prática e à atuação do professor nesse serviço. Um docente capacitado para exercer essa função terá plenas condições para efetivar o deslocamento das atividades e das tarefas realizadas na escola para o ambiente hospitalar ou domiciliar, atendendo e respeitando o direito legal de escolarização, mesmo distante do ambiente escolar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. E. B. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

ALMEIDA, N. L. O.; MARROIG, R.; PINTO, V. R. R. Competências e habilidades do tutor virtual que influenciam na aprendizagem dos alunos. *RPCA: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 144-166, abr./jun. 2014.

BARROS, A. S. S. Contribuições da educação profissional em saúde à formação para o trabalho em classes hospitalares. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 27, n. 73, p. 257-278, set./dez. 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 out. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição extra.

BRASIL. Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 set. 2018. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*. Brasília, DF: MEC/Seesp, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/Seesp, 2008.

FERNANDES, F. F.; SCHERER, S. Estar Junto Virtual Ampliado: movimentos na/ para educação a distância. *Tecnologias, Sociedade e Conhecimento*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 10-28, jul. 2020.

FONSECA, E. S. A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 117-129, jan./jun. 1999.

FONSECA, M.; FONSECA, D. M. A gestão acadêmica da pós-graduação *lato sensu*: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 151-164, jan./mar. 2016.

GANEM, L. S.; SILVA, C. C. B. Ações do atendimento pedagógico domiciliar: possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 587-602, out./dez. 2019.

LOCATELLI, C. A pós-graduação para os professores da educação básica: um estudo a partir dos planos estaduais de educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e70684, 2021.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. *Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 86-107, ago./dez. 2010.

MAGALHÃES, L. K. C.; AZEVEDO, L. C. S. S. Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan./abr. 2015.

- MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 26 dez. 2014. p. 6.
- MATTAR, J. et al. Competências e funções dos tutores online em educação a distância. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e217439, 2020.
- MEDEIROS, J. L. G. Atendimento educacional em ambiente hospitalar: princípios pedagógicos. *Educação*, Santa Maria, RS, v. 45, p. 1-20, 2020.
- MEDEIROS, J. L. G.; GABARDO, A. A. Classe hospitalar: aspectos da relação professor-aluno em sala de aula de um hospital. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2004.
- MENEZES, C. V. A.; TROJAN, R. M.; PAULA, E. M. A. T. O direito à educação no atendimento escolar hospitalar e domiciliar: inquietações conceituais e legais. *Educação*, Santa Maria, RS, v. 45, p. 1-25, 2020.
- MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021.
- OLIVEIRA, M. A. A.; SANTOS NETO, M. B. Pedagogia hospitalar: os principais desafios e o processo de ressignificação dos estigmas sociais. *Revista Cocar*, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-20, 2023.
- OLIVEIRA, P. R.; OESTERREICH, S. A.; ALMEIDA, V. L. Evasão na pós-graduação a distância: evidências de um estudo no interior do Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, e165786, 2018.
- PEIXOTO C. S. et al. Direitos da criança e adolescente hospitalizados à luz da gestão da clínica. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 35, p. 1-10, 2022.
- ROLIM, C. L. A. Educação hospitalar: uma questão de direito. *Actualidades Investigativas en Educación*, San José, v. 19, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2019.
- SAVIANI, D. A pós-graduação em Educação e a especificidade da pesquisa educacional. *Argumentos Pró-Educação*, Pouso Alegre, MG, v. 2, n. 4, p. 3-19, jan./abr. 2017.
- SCHERER, S.; BRITO, G. S. Educação a distância: possibilidades e desafios para a aprendizagem cooperativa em ambientes virtuais de aprendizagem. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 4, p. 53-77, 2014. Edição especial.
- TINÓS, L. M. S. et al. Revisão sistemática sobre a publicação científica brasileira na base de dados SciELO sobre pedagogia hospitalar. *Debates em Educação*, Maceió, v. 10, n. 20, p. 238-254, jan./abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). *Projeto pedagógico do curso de especialização em serviço de atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar – área de concentração: formação de professores e práticas pedagógicas*. Campo Grande: Instituto de Biociências, 2022.

Sheyla Cristina Araujo Matoso, pedagoga, especialista em educação especial, doutora em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGLetras-CPTL), é pesquisadora na área de educação de surdos e linguística da Língua Brasileira de Sinais. Segunda líder do grupo de pesquisa Estudos da Língua Falada (UFMS/CNPq).

sheyla.matoso@ufms.br

Jucelia Linhares Granemann de Medeiros, especialista em educação especial, doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), é docente na UFMS e pesquisadora na área de educação inclusiva/educação especial e atendimento educacional em ambiente hospitalar e domiciliar.

juclia313@yahoo.com.br

172

Antônio Pancrácio de Souza, licenciado em Ciências Biológicas, mestre e doutor em Ciências pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), é professor titular e coordenador de curso EaD na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisador em Educação e Saúde, membro do grupo de pesquisa Ações Multidisciplinares Contra Dengue e outras Doenças Negligenciadas (SINTMOL).

antonio.souza@ufms.br

Recebido em 24 de maio de 2024.

Aprovado em 26 de novembro de 2024.